



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

491) Como sabemos, na hipótese de homicídio praticado contra menor de quatorze anos haverá um aumento de pena para o agente. Essa determinação de acréscimo está:

- a) expressa na lei 8072/90- Lei dos Crimes Hediondos
- b) expressa na lei 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente
- c) inserida no §4º, do artigo 121 do Código Penal, o mesmo parágrafo que trata de várias hipótese de acréscimo relacionadas com a forma culposa.
- d) num dos parágrafos do artigo 121 do Código Penal mas não no mesmo que trata do acréscimo para a modalidade culposa.

RESPOSTA: C. Basta olharmos o parágrafo quarto do artigo 121 e veremos que tal assertiva está de acordo com a lei.

492) A reparação do dano no crime de peculato culposo

- a) se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade mas, se lhe é posterior, não causa nenhum benefício ao réu.
- b) obedece apenas às regras do art. 16 de nosso Código Penal, que trata do arrependimento posterior.
- c) em qualquer fase, mesmo após a sentença irrecorrível, é fator de extinção da punibilidade.
- d) se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade e se lhe é posterior reduz de metade a pena imposta.

RESPOSTA: D.

493) Aquele que mata alguém “sob a influencia de violenta emoção, provocada por ato injusta da vítima” incidirá, na ausência de outras circunstâncias, no crime de homicídio doloso praticado na sua forma:

- a) simples, servindo a “violenta emoção” nas condições acima com uma agravante genérica.
- b) qualificada
- c) privilegiada
- d) simples, servindo a “violenta emoção” nas condições acima como uma atenuante genérica.

RESPOSTA: D, pois o homicídio privilegiado do artigo 121, §1º, exige o “domínio” de violenta emoção e não a “influencia”.

494) No título XI da Parte Especial, de nosso Código Penal, onde são elencados os crimes contra a Administração Publica, a forma culposa aparece

- a) nos crimes de peculato e de facilitação de contrabando ou descaminho.
- b) apenas no crime de peculato
- c) nos crimes de peculato e de usurpação de função publica.
- d) nos crimes de peculato e de fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança.

RESPOSTA: D, conforme artigos 312, §3º e 351, §4º, do CP.

495) Conforme está expresso em nosso Código Penal para ser caracterizada a figura do estado de necessidade torna-se necessário que o perigo ao qual está submetido o agente seja

- a) iminente e não atual
- b) atual e não iminente
- c) atual ou iminente
- d) idêntico, em termos de atual ou iminente, ao da legítima defesa.

RESPOSTA: B. Pois de acordo com o artigo 24, do Código Penal o perigo deve ser atual, pois está expresso no texto da lei, se o legislador quisesse abranger o perigo iminente teria incluído no texto legal, como o fez na legítima defesa.

496) Estudando o nosso Código Penal, verifica-se que no “concurso de crimes” as penas a serem aplicadas ao agente envolvido na prática de mais de um delito podem ser somadas no concurso:

- a) material e no crime continuado, mas não no formal
- b) formal, mas não no material
- c) material, mas não no formal
- d) material e no formal

RESPOSTA: D. Pois nestes concursos as penas podem ser aplicadas de forma acumuladas, quando o agente comete mais de um crime.

497) A inserção de declaração falsa, em documento público ou particular, colimando a criação de obrigação, é tipificada como

- a) falsificação de papeis públicos.
- b) falsificação de documento público
- c) falsidade ideológica
- d) falsificação de documento particular.

RESPOSTA: C, conforme artigo 299, do CP.

498) O superior hierárquico que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, pratica o crime de:

- a) prevaricação.
- b) condescendência criminosa
- c) corrupção passiva
- d) desobediência.

RESPOSTA. B, conforme artigo 320 do CP.

499) Quem exige, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que possa dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou terceiro, pratica

- a) constrangimento ilegal
- b) extorsão
- c) abuso de incapaz
- d) extorsão indireta.

RESPOSTA: D, conforme artigo 160 do CP.

500) A solicitação de determinada importância em dinheiro, a pretexto de influir em testemunha, constitui

- a) patrocínio infiel
- b) exploração de prestígio
- c) advocacia administrativa
- d) corrupção passiva

RESPOSTA: B, conforme artigo 357 do CP.